

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS RELAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO, O TRABALHADOR E A MIGRAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Luciane Maria Schmidt Alves
PPGDR/UNISC

Grazielle Betina Brand
PPGDR/UNISC

RESUMO

Esta reflexão objetiva contextualizar a reestruturação produtiva e suas relações no espaço habitado, com ênfase no trabalhador e nas migrações. A incorporação de novos territórios pelo capital amplia as ofertas e demandas no mercado de trabalho, intensificando a organização produtiva e a divisão social do trabalho. A reestruturação produtiva e a globalização econômica vêm interferindo nas relações de trabalho e, conseqüentemente, no desenvolvimento dos processos migratórios, que se materializam nos territórios. A aproximação de temas que envolvem o mercado de trabalho e a imigração se mostra necessária para melhor avaliar a posição social que ocupam os imigrantes e para o planejamento de políticas que subsidiem condições humanas dignas para os imigrantes e familiares.

Palavras chaves: Trabalho, migrações, reestruturação produtiva

1 INTRODUÇÃO

Esta reflexão parte do entendimento que as migrações e as expansões geográficas são motivadas, entre outras razões, pelo sistema capitalista que se concretiza com o trabalho. Para compreender estas questões tem-se por objetivo contextualizar a reestruturação produtiva e suas relações no espaço habitado, com ênfase no trabalhador e nas migrações.

Apesar de não desenvolver uma relação de causa e efeito na iniciativa proposta, buscamos relacionar os fatores econômicos e os movimentos migratórios ao longo do tempo. No início do século XX prevaleceu, em contexto mundial, um intenso crescimento urbano devido a revolução industrial, que estimulou a concentração da força produtiva em cidades. Nos últimos anos, as motivações para esse fenômeno demográfico ganham importância, qualitativa e quantitativa, em função das modificações econômicas, sociais e políticas em âmbito nacional e internacional (CUNHA, 2005).

Se considerarmos as migrações nos últimos séculos, percebemos que “uma das zonas em que as narrações não coincidem com os fatos históricos é a dos deslocamentos populacionais (CANCLINI, 2007, pg.71)”. Há poucos estudos sobre as migrações nos séculos anteriores, o que leva ao falso entendimento de que o nomadismo é apenas contemporâneo (CANCLINI, 2007).

No século XX ocorreram muitas formas de migrações, que se davam por motivos econômicos e políticos. A população européia perdeu a quarta parte da sua população em 1930, quando 52 milhões de pessoas migraram para outros países. Entre 1840 e 1940 os continentes americanos aumentaram a sua população, com destaque para a Argentina em 40%, os Estados Unidos em 30%, o Canadá e Brasil em 15% (CANCLINI, 2007).

As migrações do século XIX e metade do século XX tinham um caráter mais definitivo, o que diferencia das atuais que combinam translados definitivos, temporários, de turismo e viagens de trabalho. Atualmente, dos três sistemas migratórios (instalação definitiva, temporária e variável) destaca-se o crescimento da temporária e da variável principalmente por motivo de trabalho (CANCLINI, 2007).

Cunha (2005), a partir de um olhar demográfico apresenta algumas reflexões contemporâneas e relevantes para a análise de migração e urbanização no Brasil, denominando as migrações inter-regional, intra-regional, internacional e a mobilidade pendular (commuting) e a sazonal.

Para o autor, é importante ter um olhar sobre a regulação do mercado de trabalho, pois as mudanças políticas, econômicas e sociais que vêm acontecendo nos últimos anos no país têm impacto no mundo do trabalho. Essas mudanças são marcadas sobretudo pelas inovações na organização do trabalho e o acentuado processo de concentração e centralização do capital com o surgimento de grandes empresas (PATIAS, BELATO, OLEA, 2008). Na contemporaneidade, a relação migração e trabalho pode ser uma das faces do processo de reestruturação produtiva, em escala global (LISBOA, 2012).

O processo de globalização tem modificado as formas de trabalhar e viver em sociedade, envolvendo os segmentos presentes na vida como educação, saúde e relações humanas. Segundo Berlinguer (1999), o sistema capitalista é irrefreável, sobretudo por corresponder a muitas exigências dos seres humanos. Pode-se dizer que a importância do ganho de capital em nossos dias passou a desrespeitar a vida, onde a saúde também se transforma em mercadoria.

A globalização vem reconfigurando os territórios, apresentando na territorialização os interesses dos segmentos hegemônicos (ETGES, 2005). Percebe-se a dificuldade em (con)viver com as diferenças neste mundo globalizado, onde “tudo” tende ser padronizado: o desaparecimento das fronteiras territoriais, a aproximação das nações, as mudanças rápidas na tecnologia, nos interesses sociais, necessidades individuais e de trabalho.

Segundo Motta e Ajara (2001), neste contexto, apresenta-se a precarização do trabalho que envolve o processo saúde-doença dos indivíduos, a precarização dos contratos de trabalho, das relações interpessoais e hierárquicas, das condições do ambiente interno de trabalho, das formas de gerenciamento e da organização do trabalho. Nesse sentido, Merlo (2007) questiona se as novas formas de gestão e organização não seriam na verdade um aperfeiçoamento do taylorismo / fordismo. Para ampliar esta reflexão, busca-se contextualizar as relações no território; a reestruturação produtiva e sua relação com o trabalhador e com a imigração no Brasil.

2 Contextualizando as relações no território

No Brasil, nos últimos 40 anos, houve destaque na divisão territorial do trabalho quando o setor industrial ascendeu à dinâmica de mercado de trabalho. O capitalismo movido pela acumulação de capital incorpora populações e espaços desiguais (OLIVEIRA, 2006). Para Harvey (2006), a acumulação de capital sempre foi uma ocorrência geográfica por entender que o sistema capitalista funciona com a expansão geográfica, organização espacial e desenvolvimento geográfico desigual.

Na geografia, a perspectiva marxista destacou outros aspectos da realidade quando afirma que a relação do homem com a natureza e com os outros homens é intrinsecamente social e histórica. Em muitas análises, a região passou a ser vista como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo geral de produção capitalista (LENCIONE, 2001).

Segundo Oliveira (2006), o processo econômico decorrente da expansão industrial redefiniu o papel das regiões na divisão territorial do trabalho. Com a ascensão industrial o Brasil deixou de ser eminentemente rural para se tornar urbano, concentrando a população em determinados territórios.

Nessa discussão, Limonad destaca a importância da geografia para a leitura de uma

sociedade, pois não podemos considerar apenas o modo de desenvolvimento, ao evidenciar que

a geografia é responsável pela abertura de novos caminhos e perspectivas para a reflexão dos fatos contemporâneos. As cidades, o território e a região enquanto espaço social não são frutos apenas da tecnologia e da divisão social e territorial do trabalho enquanto objeto, mas em termos de qualidade enquanto processos e fluxos que neles se desenrola (LIMONAD, 2004).

Na maioria dos países o modo de produção é capitalista, mas são desiguais em termos de produção, pois os territórios desses países capitalistas não estão no mesmo patamar de desenvolvimento. O modo de produção se concretiza no território e os elementos que particularizam este concreto são cultura, história, política, economia e produção. Para Santos (1992), a divisão do trabalho está relacionada a vida social e a diferenciação espacial. Pode ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem geográfica e socialmente. A cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho.

Para Limonad (2004), a globalização trouxe interações que vão do local ao global, o que contribui para modificar as relações sociais de produção e a vida cotidiana em todas as partes do mundo. As transformações das condições de produção em todas as esferas da vida social implicam reorganizar, reestruturar o espaço onde se processam as relações sociais de produção.

Segundo Etges (2001), os indivíduos quando apropriam-se do território imprimem suas marcas, moldam o território de acordo com as necessidades ou interesses, que referem-se tanto ao local como global, ou seja: “ podem atender a interesses de agentes que têm seu endereço na própria região ou em qualquer lugar do mundo, ou até mesmo não ter endereço algum, na medida em que são agentes que atuam em rede, pelo mundo afora”. Nesse sentido pode-se estabelecer a relação do local/regional com o global e como as regiões são controladas por grandes grupos transnacionais.

O reconhecimento de região fundamenta-se, como refere Bourdieu *apud* Limonad, na naturalização de relações sociais baseada em processos que ocultam interesses e diferenças. Como descreve Limonad, para que regionalizar? Regionalizam-se atores, interesses e instituições que reconhecem, valorizam e formalizam as regiões (LIMONAD, 2004).

O território é entendido como mediação das relações entre os agentes e o espaço. Para haver território são necessárias relações sociais projetadas no espaço, esforço

constante para serem estabelecidos e mantidos. Nas cidades, o território são frações que, de maneira implícita ou explícita diferenciam, sendo demarcadas e controladas por determinadas ações (SAINT-CLAIR JÚNIOR, 1998).

O território como campo catalisador e arena deve ser tomado como palco de conflitos, no sentido de construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores incentivando o diálogo, diagnóstico de problemas de forma compartilhada. O território como construção dinâmica deve ser articulado e contratualizado em estratégias de desenvolvimento (BRANDÃO, 2008).

Para Santos (1987), “o território continua sendo usado como palco de ações isoladas e no interesse de atores isolados”. Desde os anos 80 observa-se nas estratégias governamentais a descentralização e a co-responsabilidade. Para articular esta relação entre os diferentes níveis de governo, a literatura cita a contratualização de estratégias de desenvolvimento, viabilizando a formação de arranjos estáveis e eficientes.

É fundamental definir os territórios como resultantes da operação de especialização e diferenciação materiais da sociedade. É necessário tomar o território enquanto potência para a transformação, ativar os recursos materiais e simbólicos, mobilizar os sujeitos sociais e políticos ampliando o campo de ação da coletividade, autodeterminação e liberdade de decisão (BRANDÃO, 2008).

Com base nessa discussão, percebe-se o quanto faz sentido a afirmação de Oliveira (2006), quando destaca que o território é um elemento explicativo do comportamento do mercado de trabalho e movimento da população para atividade ou inatividade ocupacional. O modelo capitalista busca oportunidades de investimento e modifica a estrutura econômica dos espaços incorporados às suas relações. A incorporação de novos territórios pelo capital amplia o mercado de trabalho criando diferentes postos de trabalho, organização produtiva e a intensificação da divisão social do trabalho. Segundo Saint-Clair Junior (1998), para satisfazer as necessidades do capital ocorrem no território tanto a inclusão como a exclusão dos indivíduos.

Os trabalhadores são reféns das condições impostas pelo capital e as oportunidades de trabalho estão diretamente ligadas as atividades econômicas inseridas e expressas nos territórios (OLIVEIRA, 2006).

3 OBSERVAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHADOR

Em uma retrospectiva histórica percebe-se que o trabalho está cada vez mais presente e na vida das pessoas. As modificações no mundo do trabalho tornam-se visíveis se pensarmos que há alguns anos as pessoas iniciavam a sua vida laboral em uma empresa e se aposentavam na mesma. Quem hoje permanece no primeiro emprego até a aposentadoria?

Beynon et al (1999), destaca que no fim dos anos 50 os garotos que saíam da escola aos 15 ou 16 anos de idade se dirigiam para as fábricas na condição de aprendizes, onde eram preparados para atividade operária de manutenção especializada onde atuavam por toda a vida, momento em que as indústrias empregavam milhões de trabalhadores. Em 1979, no Reino Unido, havia mais de 7 milhões de trabalhadores empregados na indústria manufatureira e após 16 anos este número reduziu pela metade. Esse declínio é explicado pela inovação tecnológica que substitui grande parte dos trabalhadores e o produto final com menor custo.

Segundo Oliveira (2006), como o processo de racionalização das indústrias surge a atividade terciária, o trabalhador não tem vínculo empregatício com a empresa que está prestando o serviço. As novas ofertas de emprego neste setor terciário provocou o aumento também na composição da população economicamente ativa, intensificando a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Claro que este não foi o único ou o principal motivo do aumento da população feminina no mercado de trabalho. Segundo Oliveira (2006), as mulheres inseriram-se no mercado de trabalho por diversos motivos, como a queda da taxa de fertilidade, mudança cultural, aumento do desemprego dos chefes de domicílio, crise econômica do país, entre outros.

Na década de 1980 houve mudanças no mundo do trabalho, particularmente transformações nas relações de trabalho e de produção de capital. Nesse processo da reestruturação produtiva surge o Toyotismo, idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno, no Japão, que objetiva produzir somente o que já foi vendido, reduzindo estoques e número de trabalhadores, que devem suportar a variação da demanda resultando em fábrica flexível (FACAS, 2009).

Com o Toyotismo surge a flexibilidade da produção, os direitos e conquistas dos trabalhadores são substituídos aderindo ao acrítico sindicalismo de participação, que aceita

ordem do capital e do mercado (ANTUNES, 99). Segundo Lima (2011) a flexibilização dos contratos de trabalho tem levado a precarização e perda de conquistas sociais importantes para classe trabalhadora. Também o crescente ritmo de trabalho e exigências abusivas de qualidade e a competitividade entre os trabalhadores caracterizam este período.

A denominada terceira revolução industrial se dá pelas inovações organizacionais e tecnológicas, que tem gerado as subcontratações com baixos salários, insegurança no emprego e aumento dos agravos relacionados ao trabalho (LIMA, 2011).

Com a mobilidade do capital financeiro há aumento da produtividade das empresas que escolhem livremente a região do planeta que oferece maior rentabilidade (vantagens em termos de salários, impostos, legislação trabalhistas), mesmo não ofertando, proporcionalmente, o numero de empregos (LIMA, 2011).

Para Sennett (1999), a flexibilidade está alterando o próprio significado do trabalho, trazendo o sentido arcano de *JOB*, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes do trabalho. Neste sentido instaura-se uma nova condição de trabalho, entendida por Alves (2011) pelas modificações na jornada de trabalho (tempo de vida / tempo de trabalho, tempo presente / tempo futuro); incertezas pessoais (contratação flexível) e conseqüentemente remuneração flexível, o que obriga a aumentar a produtividade. Esta condição leva o trabalhador a um novo comportamento e condição de vida, denominado a nova morfologia social do trabalho, que emerge do capitalismo global causando a dessubjetivação de classe, a “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado e redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.

Para Sennet (1999), vive-se um novo capitalismo, com um mercado dinâmico e com ações globais que afetam a vida emocional das pessoas fora do trabalho. O processo de subjetivação / intersubjetivação e das relações sociais está relacionado a dissociação do coletivo de trabalho. Segundo Antunes (1999), a crise atinge a subjetivação do trabalho.

Refletindo sobre precarização no trabalho vale resgatar a percepção de Singer (1980), se o número de trabalhadores aumentar além da disponibilidade da terra haverá superpopulação, que trará desemprego e subemprego. Como o trabalho é realizado com o auxílio de instrumentos complexos e onerosos e que o emprego depende destes recursos para produzir, o uso que se faz deles é um fator determinante na condição de emprego. Desta forma não basta calcular o numero total da população com o volume disponível dos meios de produção.

Segundo Seligmann-Silva (2011), o neoliberalismo se apossou do mundo do trabalho onde o capital direciona todas as formas de trabalho. Quando se trata de saúde e trabalho não está relacionando somente o desgaste físico do trabalhador mas as questões subjetivas, que se ancoram nas questões éticas e políticas

. Nessa perspectiva, trata-se de algo que perpassa do nível macrossocial internacional ao microssocial e micropolítico no que se refere a situações concretas de trabalho, atingindo a saúde dos indivíduos (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Para Mota e Ajara (2001), as questões ligadas aos efeitos da reestruturação produtiva têm elevado o número de trabalhadores sem qualificação, desigualdades sociais e desemprego aliado a falta de infraestrutura nas condições de moradia, a falta de alimentação adequada, falta de segurança entre outros, ampliando a agenda das dificuldades nos centros urbanos.

4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IMIGRAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O BRASIL

A reestruturação produtiva e a globalização econômica vêm interferindo nas relações de trabalho e intensificando os movimentos migratórios. Segundo Antunes (1999), a década de 80 no Brasil, foi marcada pelas transformações nas relações de trabalho e de produção de capital. Segundo Mota e Ajara (2001), o processo de desenvolvimento urbano esteve acelerado nos últimos vinte anos, devido ao processo de reestruturação econômica em curso no país, com impactos na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória. “A intensificação no processo de formação de aglomerações urbanas está estreitamente ligada ao dinamismo econômico” (MOTA E AJARA, 2001).

Para Cunha (2005), nos anos 50 e 60 se manifestou no país o fenômeno da migração rural – urbano, sendo que a grande massa de migrações do campo para as cidades se deu nos anos 1970. Na visão de Singer (1980), a migração rural ocorre quando as comunidades se dissolvem e a força de trabalho não é empregada na nova estrutura econômica, levando os trabalhadores a migrar para as cidades pela perda de posição em comunidades em dissolução.

Já nas décadas de 1980 e 1990 o padrão migratório se converteu em

predominantemente urbano-urbano, com diversificação dos fluxos temporários sazonais e a migração de retorno. Nesses fluxos, consideram-se relevantes as migrações inter-regional, intra-regional, internacional, a mobilidade pendular (commuting) e sazonal (COLLA et.al, 2011).

Destaca-se que a mobilidade do trabalho não está restrita as migrações estruturais (de caráter permanente), mas também as sazonais, e pode ser exemplificada com as migrações de trabalhadores rurais que obedecem o calendário agrícola (OLIVEIRA, 2006).

Outro aspecto atrelado a migração são as constantes mudanças na organização tecnológica e social do trabalho que alteram a distribuição das atividades produtivas e a forma como os espaços rurais e urbanos são ocupados. Além da distribuição espacial da população ser fortemente condicionada por estes fatores, há questões de descentralização das atividades e políticas de desenvolvimento regional para atração de empresas, especialmente as indústrias (COLLA et al, 2011).

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, a imigração era basicamente internacional. A partir da década de 80, o país passou a fornecer mão de obra qualificada e houve um aumento na oferta de trabalho para os menos qualificados, sobretudo em trabalhos que são realizados nas piores condições como nas áreas da construção civil e no setor de produção de bens industriais (CAVALCANTI, 2015).

Diferentemente de outros momentos migratórios, o Brasil vem recebendo imigrantes provenientes do hemisfério sul (haitianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis), sendo aproximadamente 50% jovens, entre a faixa etária dos 25 e 50 anos de idade. Os haitianos superam a posição no mercado de trabalho formal (CAVALCANTI, 2015). O predomínio de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas para imigrantes haitianos entre 2011 e 2013 foram 7.598 no total (BOTEGA et al, 2015).

Para Santos et al (2010) presencia-se no Brasil a rotulação social de alguns tipos de trabalho, que passam a ser considerados como “sendo de imigrantes”. Como a população local não estaria dispostas a ocupar estes postos de trabalho, isso contribuiria para o aumento da demanda por imigrantes.

Na atualidade, devido às restrições e à seletividade das políticas migratórias, tornou-se cada vez mais difícil ingressar de forma legal em determinados países, sobretudo naqueles economicamente mais ricos. Desta maneira, cresceu o número de migrantes irregulares, auxiliados por atravessadores ou traficantes de migrantes. Isso faz com que os

trabalhadores migrantes fiquem em situação irregular, fragilizando-os na perspectiva do acesso a direitos trabalhistas, tornando-os indivíduos produtivos, mas ao mesmo tempo, invisíveis aos olhos do sistema produtivo. Cita-se por exemplo o caso de trabalhadores bolivianos que estão em São Paulo e que ingressam na sua maior parte pelo Mato Grosso do Sul.

No que se refere a responsabilidade da entrada e permanência de imigrantes no Brasil, a orientação se dá pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável pela emissão dos vistos temporários ou permanentes; Ministério da Justiça (MJ), responsável pelos procedimentos de documentação e regularização da situação migratória e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que emite autorizações exercer atividade laboral no país. Os imigrantes provenientes de países do MERCOSUL não necessitam autorização do MTE devido acordos entre esses países (BOTEGA, et al, 2015).

A maioria dos imigrantes residem nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, que juntos concentravam 71,2% e 63,8%, respectivamente em 2000 e 2010 (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Mota e Ajara (2001), as distintas articulações sócio-espaciais que se formaram entre as cidades e essa complexidade, que expressa a desconcentração das atividades produtivas e o surgimento de novos espaços economicamente dinâmicos, configura-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva e de especificidades físico-espaciais que modelam distintamente o território construído. Por exemplo, nas regiões Sudeste/Sul do Brasil as funções conhecidas como setor de serviços vêm substituindo a tradicional produção industrial.

Outro aspecto destacado na literatura sobre migrações é a exploração da mão de obra. Como demonstram Oliveira e Thomaz Júnior apud Lisboa (2012), em pesquisa sobre o trabalhador migrante para o corte de cana-de-açúcar no extremo oeste do Estado de São Paulo, onde ocorre a superexploração do trabalho.

O aumento de contingente migrante é acompanhado do aumento das formas de subcontratação, terceirização ou até quarteirização, tanto por vias institucionalizadas (como agências de contratação ou falsas cooperativas de arregimentação e aliciamento), quanto por mediações não-formais, o que contribui para o incremento da precarização e subsunção do trabalho ao capital (LISBOA, 2012).

Desta forma, a questão da urbanização passa a ser questionada quanto ao seu real

significado, uma vez que novas formas de assentamentos humanos passam a surgir como fruto de mudanças nas relações econômicas, socioespaciais, entre outras. Entender a dinâmica demográfica atual é fundamental para prever suas tendências futuras (COLLA et. al, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se neste trabalho apresentar, de forma bastante sucinta, as relações entre territórios, reestruturação produtiva e o fenômeno migratório. Ao contextualizar a reestruturação produtiva e suas relações expressas nos territórios, percebe-se que o trabalho, como elemento de valorização do capital, tende a ser flexível e motiva a mobilidade. Neste sentido Sayad (1998) evidencia que foi o trabalho que fez nascer e existir o migrante. Segundo Antunes (2009), a reestruturação produtiva vigente incentiva muitos trabalhadores a vivenciar projetos migratórios, vislumbrando oportunidades de luta pela sobrevivência dessa classe que vive do trabalho.

A maioria dos migrantes são trabalhadores(as) que desejam se inserir no mercado de trabalho formal (BRASIL, 2008). Desta forma, os indivíduos que configuram o cenário urbano são, em sua maioria, migrantes que optaram pela região em função das oportunidades de trabalho, objetivando o mercado, fato que pode desmotivar aqueles que pensam em retornar ao local de origem. Na prática o trabalhador busca o local onde possa desenvolver seu trabalho e garantir seu sustento, decorrente de uma mobilidade sem preferências (SILVA, 2008).

Desta forma reforça-se o quanto as alterações no mercado de trabalho influenciam a imigração e emigração. Segundo Brandt (2014), os relatos dos migrantes em um estudo que buscou analisar o fenômeno migratório a partir do contexto da região de origem, desvela que a fragilidade e instabilidade do mercado de trabalho direcionam a decisão de não retornar.

Vale destacar a importância de valorizar a força de trabalho que chega no país, merecendo um planejamento que considere as migrações na sua complexidade, prevendo proteção dos direitos humanos destes e de seus descendentes, não sendo reduzida apenas à reprodução do capital mas que inclua os indivíduos sob aspectos culturais, políticos e sociais (CAVALCANTI, 2015).

Diante desta reflexão percebe-se o quanto as relações são complexas e que a

diferenciação social que decorre da divisão territorial e do trabalho é aspecto relevante para compreender as relações que se materializam nos territórios, onde os conflitos emergem com mais força. No caso dos migrantes, os paradigmas micro e macroestruturais da realidade migratória necessitam ser (re)pensados à luz de abordagens que olhem para o ser humano migrante a partir de sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In VIZZACCARO-AMARAL, André Luís ; MOTA, D. P.; ALVES, G. (organizadores) Trabalho e saúde : a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI / . — São Paulo : LTr, 2011.

ANTUNES, R.; BEYNON, H.; MCILROY, J.; RAMALHO, J. R, RODRIGUES, I. Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 4 ed. Editorial, 1999 130p.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Bomtempo, 2002.

BERLINGUER, G. Globalização e saúde global. *Estud. av.*, São Paulo , v. 13, n. 35, Apr. 1999.

BEYNON, H. *Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOTEGA, T; PALERMO, G; TONHATI, T; LOPES, J. *Autorizações concedidas para trabalhos – dados de coordenação geral de imigração (CGig) e do Conselho Nacional de Imigração (CNig)*

BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 45, art. 9, p. 145-157, 2008.

BRANDT, G. B. Migração e Território: olhares de um grupo de migrantes sobre a região da campanha. *REDES – Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v.19, ed. Especial, p. 79-92, 2014.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Mercosul e as migrações – os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília, 2008

CANCLINI, N. G. Mercado e Interculturalidade. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007, p. 69-98 (cap. 3 - A América Latina entre a Europa e os Estados Unidos)

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. *Cadernos OBMIGRA – Revista Migrações Internacionais* V1 n2, 2015

COLLA, C.; RIPPEL, R.; LIMA, J. F.; ALVES, L. R. Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios *Informe Gepec, Toledo, v. 15, número especial, p. 203-221, 2011, acesso 13 de setembro de 2014*

CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. *São Paulo Perspec.* [online]. 2005, vol.19, n.4, pp. 3-20. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000400001>.

DJALMA S.; CINTRA; A. P. de U. Caracterização socioeconômica dos ocupados na indústria da transformação na Região Metropolitana de Curitiba. *Cad. IPARDES Est. Pesq. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, V.3 n.2, Curitiba, Paraná, Brasil, 2013, acessado 23 de setembro de 2014.*

ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma. *REDES, Santa Cruz do Sul, V.10, n.3, p. 47-55, set/dez, 2005.*

_____. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região.* Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

FACAS, E. P. Estratégias de mediação do sofrimento no trabalho automatizado: estudo exploratório com pilotos de trem de metrô do Distrito Federal. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília – UND, Instituto de psicologia, 2009, acessado 7 de setembro de 2014.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço.* SP: Annablume, 2006, 252 p.

LENCIONE, S. Região e Geografia – a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani. *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: contexto, 2001

LIMONAD, E. Brasil, século XXI – regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD et.al. *Brasil século XXI – por uma nova regionalização.* SP: Max Limonad, 2004.

LIMA, M. E. A. Trabalho e saúde no contexto contemporâneo de trabalho: possibilidades e limites de ação. In VIZZACCARO-AMARAL, André Luís ;

MOTA, D. P.; ALVES, G. (organizadores) *Trabalho e saúde : a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI / .* — São Paulo : LTr, 2011.

LISBOA, W. T. A reestruturação produtiva e seus impactos nos deslocamentos populacionais contemporâneos. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior GT2 – Trabalho, mercados e mobilidade. Universidade Estadual de Campinas (iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/.../lisboa_wellington.pdf), acesso 13 de setembro de 2014

MERLO, A. C.; LAPIS, N L. A Saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1): 61-68; jan/abr. 2007



MOTTA, D. M. da M.; AJARA, C. Configuração da Rede Urbana do Brasil. Revista Paran. Desenvolvimento, Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, A. Território e mercado de trabalho. Discursos e e teorias. SP: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, A. T. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010. Cadernos OBMIGRA – Revista Migrações internacionais, V1 , n2 , 2015

PATIAS, T. Z.; BELATO, D.; OLEA, P. M. Percepções de um grupo de trabalhadores sobre as transformações no mundo do trabalho. Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 63-80, jan-mar. 2008
SAINT-CLAIR, C. Da; TRINDADE J.R.;. Agentes, redes e territorialidades urbanas. In Revista Território, n 5, jul/dez,1998. p.31-50

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. A. dos. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias / Mauro Augusto dos Santos; Alisson Flávio Barbieri; José Alberto Magno de Carvalho; Carla Jorge Machado. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SAYAD, A. *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998
SELIGMANN-SILVA, E. A convergência dos olhares. In VIZZACCARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni (organizadores) Trabalho e saúde : a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI / . — São Paulo : LTr, 2011.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. RJ:Record, 1999.

SINGER, P. Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. 3 ed. SP: Hucitec, 1980

SILVA, I. C. A. da. A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André. 2008. 170p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, M. C. Trabalho , globalização e saúde do trabalhador: promoção da saúde e qualidade de vida. In VIZZACCARO-AMARAL, André Luís ; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni (organizadores) Trabalho e saúde : a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI / . — São Paulo : LTr, 2011.